

## **LEI N.º 131/2.003**

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná aprovou e eu Prefeito Municipal de Goioxim, sanciono a seguinte :

### **L E I:**

**Art. 1º-** Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Goioxim, relativo ao Exercício Financeiro de 2004.

**Art. 2º-** A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

**Art. 3º** - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

**Art. 4º**- A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 5º** - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

**Art. 6º**- A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

**Art. 7º** - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 8º** - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

VI - as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2004 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.

**Art. 9º** - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

**Art. 10º** - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2003, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

**Art. 11** - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

**Art. 12** - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

**Art. 13** - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

**Art. 14** - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

**Art. 15** - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

**Art. 16** - A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

**Art. 17** - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2004 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art. 18** - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário.

**Art. 19** – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

**Art 20** – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2004 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município ate a data de 31 de agosto de 2003.

§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analiticos das despesas realizadas.

**Art. 21** – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2004 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 01 de outubro de 2003.

**Art. 22** - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2004 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2003 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**Art. 23** - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

**Art. 24** - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 25** - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

- I - a obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada inclusive parcelamentos de débitos;
- III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo

para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

**Art. 26-** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

**Art. 27** - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2004, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Art. 28** - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

**Art. 29** - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

**Art. 30** - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 31** - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m<sup>2</sup>, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

**Art. 32** – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

**Art. 33** – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 34** – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

**Art. 35** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;

IV transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

**Art. 36** – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente a segurança pública, transito, incentivo ao emprego, previdencia e assistencia social mediante prévio firmamento de convênio.

**Art. 37** - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

**Art. 38** - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

**Art. 39** - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2004, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Art. 40** – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

**Art. 41** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 30 de Junho de 2003.

**LUIZ RAVANELO NETTO**  
Prefeito Municipal



**LEI Nº 131/2003**

**ANEXO I**

<b>0</b>	<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>
901	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA
902	PRECATÓRIOS JUDICIAIS
903	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP
904	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
<b>101</b>	<b>GESTÃO LEGISLATIVA</b>
01	ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
02	MOVEIS VEICULOS E EQUIPAMENTOS
03	TREINAMENTO DE PESSOAL
<b>401</b>	<b>SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR</b>
10	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
11	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
12	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS
13	ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
14	ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
15	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE
16	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
17	ADMINISTRAÇÃO DP DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
18	ADMINISTRAÇÃO DO DEPTO DE OBRAS URBAN E DESENVOLVIMENTO
19	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
<b>402</b>	<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>
21	ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA
22	ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
23	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
24	ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS
25	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
26	PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO OFICIAL
27	RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEICULOS ADMIINISTRATIVOS
28	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
29	APOIO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS
30	MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

<b>403</b>	<b>GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO</b>
31	ATIVIDADES DO DEPTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
32	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA
<b>404</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS</b>
34	ATIVIDADES DO SETOR DE RECEITAS E FISCALIZAÇÃO
35	RECADASTRAMENTO DA BASE DE DADOS
<b>801</b>	<b>PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>
41	ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL
42	APOIO A ENTIDADES DE ASSISTENCIA AO IDOSO
43	APOIO A POPULAÇÃO CARENTE
44	APOIO A ENTIDADES DE ASSISTENCIA A DEFICIENTES
45	ASSISTENCIA SOCIAL – FAS
46	APOIO A CLUBES DE MÃES
47	OBRAS DE ASSISTENCIA SOCIAL
48	AUXILIO FUNERAL
<b>802</b>	<b>ASSISTENCIA AO MENOR</b>
51	AÇÕES DE ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTES
52	APOIO A MATERNIDADE E INFANCIA
53	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO PIÁ
54	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
55	APOIO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
56	EDIFICAÇÃO SEDE DO CONSELHO TUTELAR
57	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS
<b>803</b>	<b>COMUNIDADE EM AÇÃO</b>
61	MANUTENÇÃO DO CENTRO COMUNITARIO DE FORMAÇÃO
62	APOIO A ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
64	AÇÕES DO CONSELHO DA COMUNIDADE
<b>901</b>	<b>PREVIDENCIA DE SERVIDORES</b>
72	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA ADMINISTRAÇÃO
<b>1001</b>	<b>PROGRAMA SAÚDE E POPULAÇÃO SAUDEL</b>
82	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA
83	SERVICOS DE ASSISTENCIA HOSPITALAR E EMBULATORIAL
84	EQUIPAMENTOS E VEICULOS SAÚDE PUBLICA
85	FARMÁCIA BÁSICA
86	COMPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL
87	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
88	ASSISTENCIA ESPECIALIZADA – CONSORCIO INTERMUNICIPAL
89	AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA DE SAÚDE
92	MANUTENÇÃO CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO
93	CONSTRUÇÃO DE MODULOS SANITÁRIOS
94	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO SERVIDORES DA SAÚDE
95	AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA
96	AÇÕES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS

<b>1201</b>	<b>EDUCAÇÃO PARA TODOS</b>
101	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
102	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
103	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
104	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
105	APOIO AO ENSINO SUPERIOR
106	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
107	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
108	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO
109	APOIO E EXECUÇÃO DO PDDE
110	NUCLEARIZAÇÃO DE ESCOLAS MULTISERIADAS
111	DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES
112	VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE DE ESCOLARES
113	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PROFESSORES
114	APOIO AO PROJETO BOLSA ESCOLA
115	INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECA ESCOLAR
116	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
117	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO
<b>1202</b>	<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>
118	AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
119	MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIPAIS
121	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ ESCOLAR
<b>1301</b>	<b>PROGRAMA DE APOIO A CULTURA</b>
131	ATIVIDADES DO SETOR DE CULTURA
133	AMPLIAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA
134	CONSTRUÇÃO DO PREDIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA
135	APOIO A EVENTOS E PROMOÇÕES CULTURAIS
136	CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA
<b>1401</b>	<b>APOIO A CIDADANIA</b>
143	APOIO A DOCUMENTAÇÃO DO CIDADÃO
144	APOIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO
<b>1501</b>	<b>PROGRAMA NOSSA CIDADE</b>
151	PAVIMENTAÇÃO E RECAPAMENTO DE VIAS URBANAS
152	SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS
154	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
156	ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO URBANO
157	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS
161	CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NO QUADRO URBANO
163	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO
164	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
165	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
166	AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
167	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ELETRIFICAÇÃO URBANA
168	INSTALAÇÃO DE PARQUES INFANTIS
171	CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHOS E BUEIROS URBANOS
<b>1601</b>	<b>PROGRAMA MORAR MELHOR</b>

181	APOIO A CONSTRUÇÃO DE NUCLEOS HABITACIONAIS URBANOS
182	APOIO A CONSTRUÇÃO DE NUCLEOS HABITACIONAIS RURAIS
183	PROJETO FAVELA JAMAIS
<b>1701</b>	<b>SANEAMENTO BASICO</b>
191	SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS
192	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS URBANOS
193	AMPLIAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
194	SISTEMA DE GALERIAS PLUVIAIS
<b>1801</b>	<b>PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</b>
197	OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
198	ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
199	CONSTRUÇÃO DE ABASTECEDOUROS COMUNITARIOS
200	PRESERVAÇÃO DAS BACIAS DOS RIOS PIQUIRI E JUQUIÁ
<b>2001</b>	<b>PROGRAMA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL</b>
201	APOIO AO PRODUTOR RURAL
202	PATRULHA DE ASSISTENCIA MECANIZADA
203	ATIVIDADES EM PARCERIA COM A EMATER
204	DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MATRIZES
205	MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS
206	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
207	CALAGEM E CONSERVAÇÃO DE SOLOS
211	APOIO A FAMILIAS ASSENTADAS
212	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR
213	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
214	APOIO AO PRODUTOR DE LEITE
215	CONSTRUÇÃO DE RESFRIADOR DE LEITE COMUNITARIO
216	APOIO A INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS
<b>2201</b>	<b>PROGRAMA GERAÇÃO DE EMPREGOS</b>
221	OBRAS DE FOMENTO A PRODUÇÃO INDUSTRIAL
224	CURSOS DE TRINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR
225	ATIVIDADES DE APOIO A MICROEMPRESA
227	INCENTIVO A ATIVIDADES COMERCIAIS
<b>2601</b>	<b>PROGRAMA ESTRADAS MUNICIPAIS</b>
261	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
262	RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
264	RESTURAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
265	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS
266	CONSTRUÇÃO DE PONTES PONTILHÕES E BUEIROS
267	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS EM PROPRIEDADES
268	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS EM PONTOS DE ONIBUS
269	ABERTURA DE ESTRADAS
<b>2701</b>	<b>PROGRAMA DE APOIO AO ESPORTE E LAZER</b>
271	OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA A PRATICA DE ESPORTES
272	APOIO A JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS
273	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

<b>9999</b>	<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>
999	RESERVA DE CONTINGENCIA

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, em 30 de Junho de 2.003

**LUIZ RAVANELO NETTO**  
Prefeito Municipal